

05 FEV 1990

CORREIO BRAZILIENSE

YF-Saúde
FIM DE LINHA

Governo não vai mais pagar aluguel do Saúde em Casa

Marcio Vieira
Da equipe do Correio

Marcada para às 10h em frente ao prédio das Pioneiras Sociais, a manifestação pedindo a manutenção do programa Saúde em Casa acabou antes mesmo de começar. Às 10h30, quando o carro de som dos manifestantes iniciou os primeiros acordes de um pagode, chegou a informação de que o secretário de Saúde interino, Paulo Kalume, receberia uma comissão de seis diretores de sindicatos e associações para uma conversa. Em troca, o carro de som manteria silêncio para não incomodar os pacientes do Hospital Sara Kubitschek. Democraticamente, os dois lados mantiveram o acordo, a não ser pelos tradicionais apitos distribuídos por um manifestante.

No nono andar do Edifício Pioneiras Sociais, onde foi realizada a reunião no gabinete do secretário, tão rápida como a manifestação foi silenciada, decidiu-se o que fazer. "Não vamos renovar os aluguéis dos contratos das casas, onde funcionam algumas unidades do Saúde em Casa, porque não sabemos se o que estamos pagando são valores de mercados", afirma Kalume. Os aluguéis variam entre R\$ 400 e R\$ 1.200 e há cerca de 30 casas já com contratos vencidos. A solução para esse impasse, segundo o secretário, é que a comunidade, junto aos funcionários do Saúde em Casa, estude novos locais para a instalação das unidades de tratamento. "Como igrejas e Caics", exemplifica.

Para a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Rejane Pitanga, essa medida descaracteriza o programa. "Queremos manter o programa exatamente nos mesmos moldes em que foi criado", rebate. "Mesmo porque a comunidade já está acostumada com os locais", justifica. No entanto, Kalume é enfático. "Nos próximos cinco meses vamos reavaliar todo o programa."

Com relação aos tíquetes-refeição e vales-transporte do mês de dezembro, que os funcionários do programa não receberam, Kalume explica que na fatura de pagamento que a Secretaria de Saúde recebeu do Instituto Candango não constava os gastos com os vales e os tíquetes. "Mas na fatura de janeiro já está providenciado os gastos com vales e tíquetes." Ontem mesmo, Kalume repassou a fatura para a Secretaria de Fazenda — responsável pela liberação dos recursos — pedindo a liberação da verba para o pagamento dos funcionários.

Outro ponto que o governo e os sindicatos divergem é sobre as demissões ocorridas no Saúde em Casa depois da posse do governador Joaquim Roriz. "Queremos a readmissão de todos os 14 funcionários demitidos", diz a diretora da Associação dos Trabalhadores do Saúde em Casa, Cláudia Paola Aguiar. "Isso é perseguição política." O secretário de Saúde rebate. "Os funcionários demitidos eram supervisores que ocupavam cargos comissionados, de confiança. Em uma mudança de governo nada mais normal que estes cargos fiquem à disposição do novo governo", justifica. "Essas demissões não serão revogadas."

Divergências à parte, sindicatos, associações e governo acertam o passo em um ponto. "O programa Saúde em Casa não vai acabar", promete Kalume. "O governo tem mostrado que pretende manter o programa" admite Rejane, da CUT e do Sinpro. "É um programa muito importante, que também alivia o atendimento nos prontos-socorros do DF", endossa Kalume.

A trégua ou o consenso parece que somente daqui a cinco meses, quando a Secretaria de Saúde terminar a reavaliação do programa. "Nós estamos passando um abaixo-assinado pela população para que elas manifestem-se sobre a permanência do Saúde em Casa", antecipa Rejane. Para hoje, às 9h, está marcada mais uma manifestação nas entrequadras 17/19, do Setor 0, na Ceilândia.